



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PROCURADORIA

PARECER n.00051/2023/PROC/PFIFAMAPÁ/PGF/AGU

NUP:23228.001159/2023-87

INTERESSADOS: PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO IFAP

ASSUNTOS:

EMENTA: Processo de Consulta à comunidade para o cargo de Reitor e Diretores Gerais dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, 2023-2027 (quadriênio). Possibilidade de Prorrogação ou não da consulta.

RELATÓRIO

Vieram os autos encaminhados pela Secretaria do Conselho Superior do IFAP, para consulta sobre a possibilidade de se prorrogar o processo eleitoral em andamento ou a deflagração de um novo processo eleitoral.

Nesse diapasão, é oportuno consignar os principais atos praticados no presente Processo, quais sejam:

PORTARIA N° 2/2023 - CONSUP/RE/IFAP;

Ata 1/2023 - CGES/CONSUP/RE/IFAP;

Ata 2/2023 - CGES/CONSUP/RE/IFAP;

Ata 3/2023 - CGES/CONSUP/RE/IFA;

Minuta do Regulamento;

RESOLUÇÃO 34/2023 - CONSUP/RE/IFAP;

PORTARIA N° 7/2023 - CONSUP/RE/IFAP;

PORTARIA N° 8/2023 - CONSUP/RE/IFAP;

PORTARIA N° 9/2023 - CONSUP/RE/IFAP;

PORTARIA N° 10/2023 - CONSUP/RE/IFAP;

PORTARIA N° 11/2023 - CONSUP/RE/IFAP;

MINUTA DO EDITAL Nº 01/2023/CEC/IFAP;

NOTA n. 00010/2023/PROC/PFIFAMAPÁ/PGF/AGU;

OFÍCIO Nº 1/2023 - CPPIE/CONSUP/RE/IFAP OFÍCIO Nº 1/2023 - CPPIE/CONSUP/RE/IFAP;

OFÍCIO Nº 1/2023;

OFÍCIO Nº 1/2023 - CEAS/CONSUP/RE/IFAP;

OFÍCIO Nº 283/2023 - GAB/RE/IFAP OFÍCIO Nº 283/2023 - GAB/RE/IFAP;

OFÍCIO Nº 1/2023 - CONSUP/RE/IFAP.

É o sucinto relatório.

ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do art. 131 da Constituição Federal de 1988, e do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, incumbe, a este órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, vinculado à Advocacia-Geral da União, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da gestão administrativa, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade. (Enunciado nº 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU).

Nota-se dos autos que a Procuradoria Jurídica do IFAP foi instada a se manifestar no presente processo sobre a competência do Conselho Superior de analisar o edital do processo de consulta da Eleição de Reitor e Diretores de Campi do IFAP, tendo naquele momento nos manifestado de forma que o CONSUP, detém referida competência por força do contido no item II, do art. 15 da Resolução 119/2019, que traz a competência do Conselho Superior do IFAP - CONSUP,

Como o Conselho superior em sua reunião teve divergências quanto ao andamento dos procedimentos para a condução do processo de escolha do Reitor e Diretores de Campis do IFAP, retornaram os autos para que fosse dirimida as dúvidas levantadas, bem como, a legalidade dos atos que se pretende praticar.

Quanto a primeira dúvida que é "a respeito de quais os procedimentos a serem adotados para que a data da consulta não coincida com o período de férias acadêmicas, de modo que o processo de consulta garanta prazos justos para apresentação de candidatos e amplo debate.

Neste caso, desde que não havendo extrapolção do prazo definido em regulamento, que é de 90 dias, após a deflagração do processo eleitoral, entendo que, querendo, pode o CONSUP, prorrogar o prazo, para que o mesmo não coincida com o período de férias.

Quanto a proposta da Conselheira Leila Cristina Nunes Ribeiro abaixo:

"A prorrogação do processo de consulta à comunidade acadêmica por 20, vinte) dias, para finalização do pleito com resultados dos candidatos (as) eleitos (as), com a apresentação de novo

calendário pela Comissão Central e prosseguimento do processo já iniciado, eis que imaculado e ausente qualquer vício capaz de ensejar sua nulidade/revogação".

Tem-se nesse caso, o mesmo entendimento que o processo eleitoral somente pode ser prorrogado, caso, a referida prorrogação não ultrapasse o prazo previsto no Decreto nº6986/2009 em seu art. 3º, parágrafo único, ou seja, de 90 (noventa) dias do início da deflagração do procedimento eleitoral.

Caso o CONSUP, entenda que deva convocar ou deflagrar um novo processo eleitoral, neste caso, deverá o processo iniciado ser anulado, ou seja, deve-se iniciar tudo do zero, com nova deflagração do processo eleitoral, escolha de novas comissões e óbvio novo prazo de 90 dias para seu término, com a escolha de Reitor e Diretores de campis, o parágrafo único, do art. 3º, traz esta definição, in verbis:

Parágrafo único. Os processos de consulta para escolha dos cargos de Reitor e de Diretor-Geral de campus serão finalizados em até noventa dias, contados da data de seu início.

Vê-se que, como o terceiro questionamento diz respeito a uma nova consulta eleitoral, a mesma já foi respondida acima, ou seja, deverá o Conselho Superior autorizar, desde que, não haja tempo para a prorrogação do prazo do processo eleitoral em andamento, se terminado, no prazo legal.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, somos da opinião de que o Conselho Superior do IFAP - CONSUP, querendo, e havendo tempo suficiente, antes de decorrido o prazo de 90 dias para a finalização do pleito, poderá autorizar a Prorrogação do Processo Eleitoral.

Quanto ao posicionamento de se fazer um novo processo eleitoral, este poderá ocorrer, desde que, não haja tempo para se prorrogar o procedimento eleitoral iniciado, assim, deverá ocorrer o cancelamento dos atos já praticados, deflagrando-se um novo processo eleitoral, começando tudo do zero, com escolha de novos membros das comissões eleitorais, observando-se todos os prazos previstos em legislação.

É o parecer.

À consideração superior.

Macapá, 16 de junho de 2023.

WAGNER FERNANDO DA SILVA

Procurador Federal

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23228001159202387 e da chave de acesso 6d197fe1



Documento assinado eletronicamente por WAGNER FERNANDO DA SILVA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1201302436 e chave de acesso 6d197fe1 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): WAGNER FERNANDO DA SILVA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-06-2023 09:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.